



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Produto didático

“Ações de liberdade e cotidiano da escravidão na Corte (1850 – 1888): experiências femininas, trajetórias de vida e Ensino de História”.

Mestranda: Giovanna Pezzino
Orientadora: Profª Drª Keila Grinberg



Apresentação do projeto desenvolvido

Me chamo Giovanna Frade Pezzino, mestranda do ProfHistória da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, graduada também pela UNIRIO, professora de História da educação básica na rede particular do Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolvida no mestrado trata da resistência escrava feminina na segunda metade do século XIX, mais precisamente sobre as **ações de liberdade**, processos pelos quais alguns escravizados recorreram à Justiça do Império do Brasil para obter suas **alforrias**. Este é um tema ainda pouco explorado na educação básica, as ações e negociações de escravizados, sobretudo das mulheres, ainda não ganham muito destaque nos materiais didáticos. Esta pesquisa é, portanto, fruto de uma inquietação: “Por que não levar para as salas de aula, histórias **de mulheres escravizadas**, no Brasil do século XIX, que lutaram pela sua liberdade e de seus filhos?” Desta inquietação, surgiu esta oficina didática que vai nos apresentar a história de **Felicidade** e **Maria Anna do Bonfim**. Mas será que elas existiram mesmo?

Índice

01

Introdução

03

As pistas

Apresentação das pistas que serão utilizadas para a execução da tarefa.

02

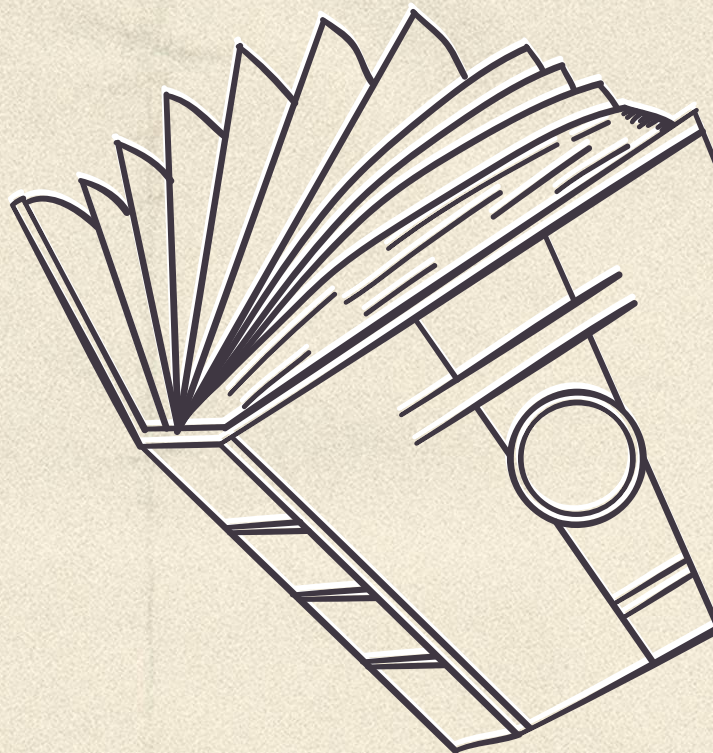
Primeiros passos

Primeiros dados da oficina e explicação da tarefa a ser desenvolvida.

04

Conclusão

Final da história e apresentação das tarefas.





01

Introdução

Você sabe o que é uma biografia?

Segundo o dicionário Michaelis biografia é:



“relato não ficcional de uma série de eventos que constituem a vida (ou parte da vida) de uma pessoa, em geral notável por seus feitos ou obras”.



Seguindo essa lógica, uma **autobiografia**

é *“a vida de uma pessoa, escrita por ela própria”.*



Quais biografias ou autobiografias publicadas vocês conhecem?

Celebridades? Personalidades famosas? Políticos?

Mas e as pessoas comuns? Nós, ou as milhares de pessoas que fazem parte da história do nosso país, podemos escrever nossas autobiografias? Ou podemos escrever as biografias de personagens importantes de nossa história, mas pouco conhecidas? **O que a história de vida das pessoas que foram escravizadas durante o Império brasileiro teria a acrescentar a respeito da história do Brasil?**



02

Primeiros passos



Tarefa



A partir das reflexões anteriores nós os convidamos a **escrever uma biografia**. Mas calma, não precisa ser um livro inteiro, pode ser um trecho. Em terceira pessoa, ou seja, você vai **narrar** a história de outras pessoas. Ou em primeira pessoa, nesse caso, você irá **fazer de conta** que é uma das personagens apresentadas, e poderá escrever, por exemplo, algumas páginas de um **diário**.



Personagens

Maria Anna do Bonfim e Felicidade. Maria uma **mulher, negra, escravizada** na Bahia no século XIX, depois **alforriada**, que vem para o Rio de Janeiro (capital do império brasileiro) a procura de sua filha, Felicidade. Pronto, sua história (biografia ou diário) já conta com duas personagens.

Você pode escolher escrever a biografia ou diário, da Maria ou da Felicidade. Mas inevitavelmente, esta história deverá apresentar as duas, afinal, nossas heroínas são mãe e filha.

Lembre-se



Vamos começar?

Eu começo a contar a história de Maria e Felicidade, e vocês irão completar. **Pista a pista**, vocês terão ferramentas para que possamos concluir essa narrativa. Nós usaremos a nossa imaginação, mas não podemos esquecer que nossas personagens são duas mulheres, uma escravizada, outra liberta, ou seja, também teve sua vida marcada pelo cativeiro. Quem ler a nossa história precisa acreditar nela, então, temos que estar atentos às possibilidades da vida dessas duas mulheres como **personagens no século XIX**.

Felicidade, uma jovem de 22 anos. No ano de **1870**, inicia uma ação de liberdade. Ação de liberdade foi um meio pelo qual, **alguns** escravizados recorreram à justiça para conseguir sua alforria, ou seja, a sua liberdade.

Maria Anna do Bonfim, **alforriada**, sai da Bahia em direção à Corte (Rio de Janeiro) com o objetivo de procurar sua filha, Felicidade, que por força dos negócios da escravidão foi separada de sua mãe. (CHALHOUB, 2011).

Chegando ao Rio de Janeiro, Maria descobre que sua filha pode estar em Ouro Preto (MG), e pede ajuda à um negociante de nome Joaquim Guimarães para ir até lá e trazê-la ao seu encontro. Felicidade é encontrada sob posse do senhor João Menna, e é trazida para o Rio por Joaquim com uma procuração que o autorizava a negociá-la. Os infortúnios de Felicidade não param por aí. Uma série de acordos entre sua mãe e outros negociantes de escravizados a levaram a abrir uma ação de liberdade, sob a tutela de seu **curador** Duarte Francisco Pereira.

Felicidade era escravizada, para recorrer à justiça, ela precisava de um homem livre que a representasse (curador), ou seja, que a defendesse, *“este homem era também um **advogado**. Assim, ao defender um escravo, está exercendo sua profissão.”* (GRINBERG, 1994, p. 64).

03

Pistas



Viram? Começamos a narrar essa história. Agora vem as partes dela que nós não sabemos, mas iremos imaginar para que a nossa narrativa fique completa. Vamos às pistas:

Pista 1:

O ponto de partida de Maria do Bonfim é a Bahia, mas não sabemos se Maria era uma crioula (escravizada nascida no Brasil) ou uma africana. Antes de 1871 quando a lei do ventre livre entra em vigor, a condição de escravizado passava pelo ventre, ou seja, se a mãe fosse escravizada, os filhos também seriam, portanto, **Felicidade poderia ser filha de uma mulher escravizada, e nascida aqui mesmo no Brasil. Ou ela também poderia ser uma escravizada vinda da África.** Até 1831, os portos brasileiros recebiam **legalmente** dezenas de navios com mais e mais pessoas que seriam vendidas como escravizados nos mercados das cidades.



Pista 2 (Parte 1):

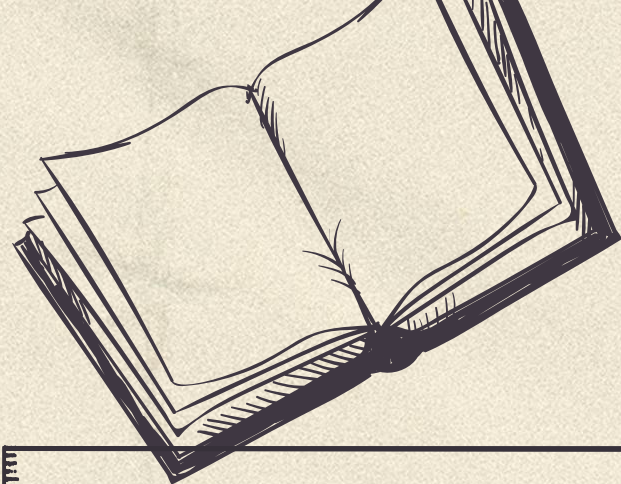
Não sabemos também qual o ofício desempenhado por Maria enquanto escravizada. Ela poderia ser uma escravizada doméstica, ou uma escravizada ao ganho (quitandeira, por exemplo), ou ainda uma ama de leite. Vejamos algumas possibilidades:

- *Vende-se uma preta boa lavadeira e engommadeira; rua D. Manoel n. 39.*

(Jornal do Commercio, 1861)

- *Na rua da Independência em Icarahy, cidade de Nichteroy, n.25, aluga-se para ama de leite uma rapariga muito moça perfeita mucama, a qual sabe pensar e tratar de crianças, corta e cose toda a obra.*

(Diário do Rio de Janeiro, 1858.)



Quitandeira: mulher que faz quitanda (doces e outras iguarias caseiras), geralmente à base de farinha.

Mucamas: escrava negra escolhida para ajudar nos serviços caseiros, para acompanhar pessoas da família ou para servir de ama de leite.

Pista 2 (Parte 2): Vocês sabiam que já existia fotografia no século XIX? Pois já, e alguns fotógrafos dedicavam-se a registrar o cotidiano das cidades escravistas, Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo. Algumas fotografias eram feitas em estúdio, outras ao ar livre, como vocês verão abaixo. Essas fotografias também podem nos ajudar a pensar no ofício desempenhado por Maria.



Marc Ferrez, 1875 - Rio de Janeiro



Rodolpho Lindemann - Bahia - "Lavadeira"

Pista 3 (Parte 1): Quais circunstâncias levaram à separação entre Maria e Felicidade? Felicidade tendo nascido de ventre escravizado, possuía a mesma condição. Mas não sabemos quais foram os negócios que levaram a separação entre mãe e filha.

Lá em cima, na **pista 2**, há uma possibilidade para compreendermos a separação entre mães e seus filhos, durante a vigência da escravidão. Em um dos anúncios apresentados aparece o termo: **ama de leite**. Como aponta a historiadora Mariana Muaze, as escravizadas que eram vendidas ou alugadas como amas tinham sua maternidade silenciada. Ou seja, a escravizada possuía leite pois tinha dado à luz a seu filho, mas no momento em que era utilizada para amamentar o filho de seus senhores ela era impedida de amamentar seu próprio filho (MUAZE, 2018). Por vezes, o impedimento do aleitamento dos bebês das escravizadas poderia representar a separação de mãe e filho (s).

Vocês acham que Maria teria condições de reconhecer sua filha duas décadas depois? Se Felicidade tivesse sido separada dela ainda bebê. **Vamos imaginar um mundo sem internet, redes sociais, fotografias coloridas feitas através do celular, vocês acham que Maria teria condições de iniciar essa busca pela filha mais de 20 anos depois de ter sido separada de sua bebê?**



Pista 3 (Parte 2):

Se vocês acharam difícil imaginar sua história com a pista das amas de leite, apresentaremos outra: mais alguns anúncios de jornais, neles podemos ver jovens sendo negociadas para diversas funções. **Uma dessas jovens poderia ser Felicidade? Se Felicidade foi separada de sua mãe na juventude, ficaria mais fácil, para Maria, procurar sua filha?** Vejam os anúncios:



Crioula - Vende-se uma linda crioula de 14 annos, com princípios de costura, e muito diligente para o serviço de uma casa, para ver na rua de Matacavallos n. 67.

(Diário do Rio de Janeiro, 1861)

Vende-se uma boa mucama de 17 para 18 annos, vistosa e muito sadia, sabendo coser, engommar e lavar; para tratar, na rua S. Pedro n.43.

(Jornal do Commercio, 1860)

Pista 4 (Parte 1): Maria do Bonfim era uma mulher forra, ou seja, conquistou a sua alforria. Porém, não sabemos sob quais condições e de que forma ela conseguiu sua liberdade. Analisando a **historiografia** acerca das **manumissões** no Brasil temos acesso às inúmeras possibilidades a qual os escravizados poderiam ter acesso para chegar à conquista da alforria. Apesar disso, não sabemos de que forma Maria conseguiu a sua alforria, e esta é outra lacuna nessa história. Usando esses estudos, vocês podem imaginar como Maria conquistou a sua liberdade.

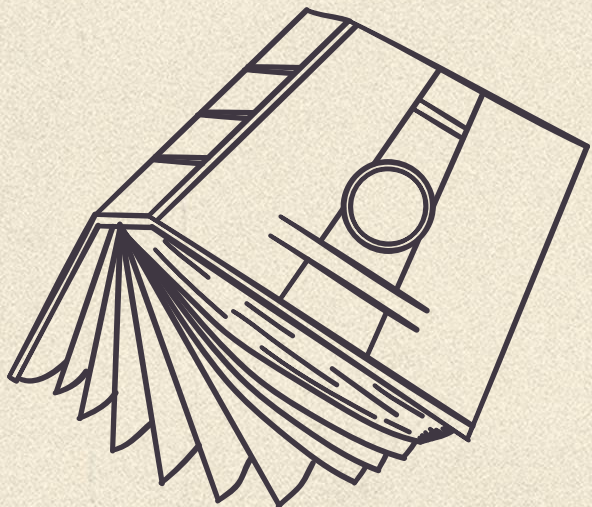
Alforrias pagas incondicionais: quando o escravizado pagava por sua alforria. “A maioria das alforrias pagas foi custeada através do resultado do trabalho da própria beneficiada.” (FARIA, 2008, p. 13). O escravizado poderia acumular pecúlio, que geralmente era utilizado para a compra da própria carta de alforria.

Alforrias pagas condicionais: quando o senhor, além do pagamento estabeleceu uma condição a ser cumprida, que poderia ser, por exemplo, acompanhá-lo até sua morte.



Pista 4 (Parte 2):

Alforrias não pagas condicionais: quando o escravizado não pagou pela sua alforria, mas precisou cumprir uma condição para concretizar sua alforria, que também poderia ser, nesses casos, acompanhar seu senhor até a morte, ou ainda acompanhar a esposa do senhor enquanto ela fosse viúva, ou seja, até a morte da esposa de seu senhor.



Lembrem-se : podemos apontar que Maria do Bonfim não foi uma mera espectadora da história que vocês estão escrevendo conosco, ela também foi **agente dessa história**. Sua alforria, paga ou não, condicional ou não, foi fruto da **capacidade de negociação de Maria com seu senhor, ou senhora**.

Alforrias gratuitas: “aquela em que não se faz menção a pagamento ou cumprimento de condições. Esse tipo de carta em geral, pressupunha alguma afetividade entre o senhor e o escravo, que compreendia variados tipos de relação.” (ALMEIDA, 2007, p.166).

Pista 4 (Parte 3): Mais algumas informações sobre alforria e liberdade:

- As mulheres foram mais privilegiadas no acesso à **manumissão (alforrias)**, apesar de bem menos numerosa na população escravizada. Por dois principais motivos, como aponta a historiadora Sheila de Castro Faria:
 - 1) Capacidade da mulher escrava em acumular **pecúlio**;
 - 2) Pelo **grau de afetividade** que elas puderam estabelecer com seus senhores, fosse como ama-de-leite de seus filhos, no serviço doméstico ou como amantes*.

* Porém, precisamos ter em mente que nem sempre essas relações eram verdadeiramente amorosas, em muitos casos envolvia uma série de abusos e violência.

- A alforria não era algo 100% garantido para o resto da vida do alforriado, vejamos o que aponta a historiadora Keila Grinberg:

“Em meados do século XIX, uma pessoa escravizada que tivesse conseguido se libertar poderia ter sua alforria revogada se fosse acusada de ingratidão.”

- E por fim, haviam muitos casos de **re-escravização ou escravização ilegal**, quando a pessoa nascia livre, ou conquistava a alforria, mas era escravizada ilegalmente após um sequestro, como aponta a pesquisadora Virgínia Barreto.



Pista 5: Após se encontrarem na Corte (capital do Império do Brasil: Rio de Janeiro), mãe e filha passaram a viver juntas. Que tipo de trabalho executavam para se manter? Vocês podem pensar em diversas possibilidades, inclusive retomando os ofícios apresentados nas pistas 2 e 3 (anúncios/ fotografias, veja mais duas abaixo). Pois, Maria pode ter continuado a desenvolver no Rio de Janeiro, junto à sua filha, o mesmo ofício que desempenhou na Bahia, como escravizada e depois como liberta.



(João Goston, 1870 - "Vendedora" - Bahia)

(Alberto Henschel, 1869 - Bahia)



Pista 6 (Parte 1): Vocês acham importante que a história tenha um cenário? Já sabemos que Maria e Felicidade viviam na cidade do Rio de Janeiro. Mas por quais ruas nossas personagens circulavam? Na segunda metade do século XIX, o centro da cidade do Rio de Janeiro era o ponto mais movimentado da Corte. Lojas, repartições públicas e edifícios comerciais são comuns até hoje nas ruas do centro do Rio, mas você sabia que também havia muitas moradias? Pois era lá que as duas moravam. E, provavelmente, trabalhavam.



Você já ouviu falar na Rua da Alfândega? E na rua Uruguaiana? Essas duas ruas muito movimentadas nos dias de hoje também eram ruas movimentadas na época das duas. E elas circulavam por lá.

Pista 6 (Parte 2):

E a rua Príncipe dos Cajueiros? Se vocês procurarem no mapa não a encontrarão. Mas era nessa rua que que Maria e Felicidade viviam. Ao lado, temos uma crônica publicada em 1957 que nos indica por que não encontramos o nome dessa rua no mapa.


(Correio da Manhã, 1957)



Falar de Mário Perderneiras, nesta rememoração de homens e coisas da cidade, é quase um dever, de tal maneira se integrou ele na vida carioca, celebrando em seus versos chelos de harmonia os aspectos, as árvores, as ruas, as delícias urbanas desta magnífica metrópole.

Nascido na rua do Príncipe dos Cajueiros, que é hoje prosaicamente a Senador Pompeu, Mario deliciou os olhos, desde o berço, na visão das coisas citadinas, no céu, nas praias, nas montanhas, em tudo que dá ao Rio a justificação de Cidade Maravilhosa.


Como disse com justeza Rodrigo Octavio (Filho) ele foi, "dos poetas nossos, o que com mais sentimento e humanidade, cantou esta linda terra carioca".



Pista 7: Começamos essa história falando de uma Ação de liberdade, ou seja, um processo, aberto pelo curador de Felicidade, na Justiça do Império do Brasil. Você já deve ter visto em filmes, séries e livros que a maior parte dos processos judiciais precisam de testemunhas. No caso da ação de Felicidade não foi diferente. Observe abaixo os nomes de algumas testemunhas de Felicidade:

- Joaquim Antonio da Cunha Guimarães, 38 anos, casado, natural de Portugal;
- Manoel Rotchildes, 50 anos , casado, natural da França;

O que esses dois nomes têm em comum? Por que vocês acham que Maria e Felicidade indicaram essas pessoas como testemunhas na ação de liberdade?





04

Conclusão

Até aqui vocês foram fazendo escolhas, imaginando possibilidades para preencher a história de vida de Maria Anna do Bonfim e Felicidade, mas vocês já pararam para pensar se Maria e Felicidade existiram mesmo? Assim, de verdade? **Essa história toda que a gente está aqui escrevendo é pura ficção ou realidade?**

Nesse ponto, em que nos encaminhamos para o final da história, é preciso que vocês saibam que, sim, Maria Anna do Bonfim e Felicidade existiram e resistiram nesse século XIX marcado pela escravidão. Chegamos à elas através da **Ação de liberdade**. Este processo judicial está no Arquivo Nacional, e encontramos muitas outras ações como esta por lá. Mas o processo não nos disse tudo o que gostaríamos de saber sobre a vida dessas duas mulheres, por isso, nós pedimos para vocês imaginarem essa história, dentro das possibilidades da época, e da condição a que ambas estavam submetidas.

Toda história tem um final, então: **qual seria o final possível da história dessas duas mulheres? Felicidade ganhou a ação de liberdade, conquistando assim a sua liberdade?**

Durante parte da história de suas vidas, foram vítimas do sistema escravista, mas que no curso desta mesma história não foram apenas vítimas do cativeiro, mas **agentes de sua história**, na medida em que **resistiram** à escravidão cada uma a sua maneira.



A ação movida por Felicidade teve um final favorável à ela, e a justiça concedeu sua liberdade. Veja um trecho da decisão judicial:

“Rio 25 de fevereiro de 1871

*(...) E pague, considerando elas outorgantes, por um lado que mesmo no caso de ser-lhe facionar o êxito da ação, isto é, **deve conceder o direito a liberdade da Outorgante Felicidade**, não pode deixar de lhes impor digo de se lhes impor a cláusula de, por seus serviços sublocarem aos outorgados do preço da compra, juros e despesas relativas descontadas disso a quantia de quatrocentos e cinquenta mil réis já recebidos pelos outorgados; e atendendo, por outro lado os outorgados a que, com quanto lhes assista o direito de não cumprirem a convenção que haviam feito com Maria do Bonfim, pela violação por ambas cometida, não lhes convêm contudo usar desse direito; acordaram as outorgantes para porem termo aquela ação com **os outorgados, em reconhecerem estes desde já a liberdade da outorgante Felicidade, e não, como aliás a havia convencionado, somente depois de pagar o preço da compra, juros e despesas relativas da mesma outorgante (...)**”*

(Arquivo Nacional)



Agora que vocês já sabem como acabou a ação de liberdade, vão poder concluir a história que vocês estão escrevendo. O que será que aconteceu com elas após a decisão judicial? **As pistas dadas até aqui podem fazê-los imaginar um “final” para essa história. Como viveram depois de conquistarem juntas a liberdade de Felicidade? Onde viveram? O que faziam para se sustentar? Será que Felicidade teve filhos?** O processo não nos diz nada disso. Mas é possível **imaginar**, e concluir as páginas da biografia, ou do diário que estão escrevendo.



Obrigada! =)

Agradeço a participação de todos na execução deste projeto, em especial meus alunos e minha orientadora Keila Grinberg.

Dúvidas?

giovanna.pezzino@edu.unirio.br



[@pezzinogio](https://www.instagram.com/pezzinogio)

CREDITS:

This presentation template was created by Slidesgo, including icons by Flaticon, infographics & images by Freepik

Please, keep this slide for the attribution



Referências bibliográficas

Fontes primárias:

Arquivo Nacional
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Brasília Fotográfica (Biblioteca Nacional)

Fontes secundárias:

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. “Da prática costumeira à alforria legal”. *Politeia: revista de História e Sociologia*. v. 7, n. 1, pp. 163-186. 2007.

BARRETO, Virgínia Queiroz. “Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição, roubada e escravizada (Nazaré, 1830 – 1876)”. *Revista Estudos Históricos*. V. 32, n. 66, pp. 101-122. 2019.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João Del Rey entre 1700 e 1850. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais as Desigualdades Sócio demográficas e os Direitos Humanos no Brasil. (2008).

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”. In: Xavier, Regina Célia Lima & Osório, Helen (orgs). *Do tráfico ao pós-abolição – trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, pp. 360-392. 2018.

